

Patrimônio paisagístico e cultural do eixo histórico de Santo Amaro, São Paulo

Luciana Monzillo de Oliveira

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo, Brasil
Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), São Paulo, São Paulo, Brasil
 <https://orcid.org/0000-0002-5299-1120>
E-mail: um.arquitetura@gmail.com

Maria Augusta Justi Pisani

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo, Brasil
 <https://orcid.org/0000-0002-0467-2854>
E-mail: augustajp@gmail.com

Natacha Viana Seabra de Freitas

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Presbiteriana Mackenzie,
São Paulo, São Paulo, Brasil
 <https://orcid.org/0000-0003-3098-1201>
E-mail: arqnatachaseabra@hotmail.com

Samuel Bertrand Melo Nazareth

Doutorando em Tecnologia da Arquitetura – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo,
São Paulo, Brasil
Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo, Brasil
 <https://orcid.org/0000-0001-9355-4077>
E-mail: bmnsamuel@gmail.com

Resumo: O artigo apresenta um conjunto de seis espaços livres públicos do Eixo Histórico de Santo Amaro, distrito da zona sul de São Paulo, que juntos conformam um fragmento urbano considerado como patrimônio paisagístico e cultural pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP, em 2002. O objetivo da pesquisa é divulgar um patrimônio urbano relevante na configuração da paisagem de um núcleo antigo de um subcentro de São Paulo. A pesquisa investigou cada um dos seis espaços livres públicos e foram utilizados os parâmetros de Robba e Macedo (2002) para identificação das linhas projetuais dos mesmos. Os procedimentos metodológicos empregados foram: levantamento historiográfico e cartográfico; elaboração dos desenhos de implantação; registro e documentação iconográfica. Os resultados apontaram para a heterogeneidade das paisagens dos espaços públicos, compondo um cenário diversificado e com características específicas de diferentes linhas projetuais do paisagismo brasileiro.

Palavras-chave: Patrimônio Paisagístico; Espaço público; Paisagem Urbana; Linha Projetual; Santo Amaro.

Landscape and cultural heritage of the historical eixo of Santo Amaro, São Paulo

Abstract: The article presents a set of six public free spaces of the Historic District of Santo Amaro, a district of the southern zone of São Paulo, which together make up an urban fragment considered as landscape and cultural heritage by the Municipal Council for the Preservation of the Historic, Cultural and Environmental Heritage of Cidade de São Paulo – CONPRESP, in 2002. The objective of the research and to disclose a relevant urban heritage in the configuration of the landscape of an ancient nucleus of a subcenter of São Paulo. The research investigated every two six free public spaces and used the parameters of Robba and Macedo (2002) to identify the two projected lines. The methodological procedures employed foram: historiographical and cartographic survey; preparation of two implantation plans; iconographic record and documentation. The results point to the heterogeneity of landscapes in two public spaces, comprising a diversified scenario with specific characteristics of different lines of Brazilian landscaping projects.

Keywords: Landscape Heritage; Public Space; Urban Landscape; Project Line; Santo Amaro.

Texto recebido em: 07/04/2022

Texto aprovado em: 17/11/2022

Introdução

O artigo apresenta um conjunto de seis espaços livres públicos do Eixo Histórico de Santo Amaro, distrito da zona sul do município de São Paulo, que juntos conformam um fragmento urbano considerado como patrimônio paisagístico e cultural pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP, em 2002, através da Resolução n° 14 (CONPRESP, 2002) e cujo perímetro foi revisado e ajustado para a configuração atual pela Resolução n° 27 de 2014 (CONPRESP, 2014). O Eixo Histórico representa o núcleo urbano que deu origem ao processo de expansão e desenvolvimento do vetor sul do atual município de São Paulo. Trata-se de um dos primeiros aldeamentos que foram fundados em áreas lindeiras às margens dos rios da bacia do Rio Pinheiros e do Rio Tietê. Desde sua fundação em 15 de janeiro de 1552, revelou-se um local de crescente importância como entreposto comercial da produção agrícola, passando da categoria de freguesia para vila, tornando-se então um município independente em 1833, até ser anexado como um bairro paulistano em 1935 (BERARDI, 1981). Atualmente o núcleo antigo de Santo Amaro é caracterizado como um subcentro do município de São Paulo, considerando-se que:

Os subcentros são as aglomerações de comércio e serviços diversificados nos bairros. Sua área de influência é uma parte da cidade, não a cidade inteira. Nestes subcentros são feitas muitas das transferências de transporte (entre trem e ônibus ou entre linhas de ônibus). O público que predomina pertence às camadas médias e baixas, usuários do transporte público ali concentrado. Os ambulantes ou camelôs, atraídos pelo grande afluxo de pessoas, reforçam o congestionamento das calçadas – espaços públicos, por excelência (SAKATA, 2011, p. 59).

A área do Eixo Histórico de Santo Amaro é o ponto central de uma região que se caracteriza como um polo de transferência de três diferentes modais de transporte público: o sistema de trem da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, Linha 9-Esmeralda; o sistema de ônibus do Terminal Santo Amaro; e o sistema metroviário da Linha 5-Lilás do Metrô (Figura 1). A região é caracterizada por seu afluxo de pedestres atraídos pelo comércio popular e serviços públicos que se concentram na área, tais como: a unidade do Poupatempo, unidade da SPTrans (São Paulo Transporte S/A), sede da Subprefeitura, além de várias agências bancárias.



Fonte: Ortofoto de 2018, adaptada a partir de GEOSAMPA, 2022.

FIGURA 1

Ortofoto do subcentro de Santo Amaro mostrando os principais meios de transporte e de acesso e, em vermelho está representado o perímetro do Eixo Histórico

Diante desse cenário, o objetivo principal da pesquisa é contribuir com a divulgação de um patrimônio urbano e paisagístico relevante e significativo da paisagem urbana de uma área que abriga intenso comércio popular. A pesquisa está em consonância com a recente promulgação da Lei nº 17.241, de 3 de dezembro de 2019 (SÃO PAULO, Município, 2019b), que tornou a região do Largo 13 de Maio em polo cultural, histórico e turístico da cidade de São Paulo. Entre os objetivos da lei destaca-se a proposta de facilitar o acesso de turistas e pedestres ao local e a promoção do desenvolvimento econômico sustentável da região.

A questão da preservação do patrimônio paisagístico urbano está diretamente relacionada com os pressupostos da Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, conhecida como Carta de Washington, que se dirige precisamente: “às áreas urbanas históricas, grandes ou pequenas, incluindo cidades, vilas e centros ou bairros históricos, em conjunto com os seus ambientes naturais ou feitos pelo Homem” (ICOMOS, 1986, s/p). O documento destaca a importância dessas áreas que incorporam os valores das culturas urbanas tradicionais e que atualmente “muitas delas estão ameaçadas, fisicamente degradadas, danificadas ou mesmo destruídas pelo impacto do desenvolvimento urbano que seguiu a industrialização das sociedades, em toda a parte” (ICOMOS, 1986, s/p). Assim, torna-se fundamental a identificação e valorização das áreas urbanas históricas com seus monumentos e edificações e os espaços paisagísticos compostos por largos, praças, parques e passeios de pedestres.

O objetivo secundário da pesquisa é identificar as linhas projetuais dos espaços livres de uso público do Eixo Histórico de Santo Amaro. O reconhecimento das linhas projetuais auxilia a compreensão dos diferentes matizes formais e funcionais da sequência de espaços livres. Macedo (1999) identificou três linhas projetuais na arquitetura paisagística brasileira, que representam diferentes conceitos e composições visuais e estéticas empregados nos espaços livres:

- Eclética – é caracterizada como uma visão romântica e idílica do espaço livre, uma vez que recria nos espaços a imagem de paraísos, de campo bucólicos ou jardins de palácios reais, com uma concepção pitoresca associada a paisagem da sociedade europeia do século XIX;
- Moderna – representa o abandono das referências visuais do passado imediato e a adoção de uma visão nacionalista com a inserção de vegetação nativa;

- Contemporânea – apresenta um viés ecológico baseado em uma tendência pós-moderna de utilização de antigos ícones e a introdução de novas organizações para a composição dos espaços livres.

Em cada uma das três linhas projetuais existem diferentes categorias que estão vinculadas aos conceitos gerais de cada uma, mas que apresentam características e linguagens próprias. Assim, dentro da linha projetual Eclética, por exemplo, Robba e Macedo (2002) identificaram três linhas de desenhos dos espaços livres ecléticos brasileiros: Clássica, Romântica e Romântico-clássica. A linha Clássica, segundo os autores, é caracterizada a partir de uma estruturação baseada em rigidez geométrica, ortogonalidade e pontos de centralização de ambientes. A linha Romântica, por sua vez, apresenta linhas orgânicas e sinuosas e criação de cenários pitorescos. Já a linha Romântico-clássica incorpora a imagem naturalista e romântica aliada ao geometricismo clássico.

A classificação das linhas projetuais paisagísticas definidas por Robba e Macedo (2002) sugerem uma sequência temporal, mas que os próprios autores não associam com datas fixas entre limites precisos e claros para início e fim de cada uma delas, o que insinua a possibilidade de ocorrência de diferentes linhas projetuais simultaneamente, principalmente a partir do século XX.

Segundo Panzini (2013) durante vários séculos houve uma alternância de estilos paisagísticos que orientavam as formas compositivas e a apreciação botânica dentro de padrões que se sucediam no decorrer do tempo. Mas, o autor identificou que houve uma ruptura nesta lógica temporal:

Essa sequência ordenada de tendências projetuais foi completamente subvertida no século XX, que assistiu, à sucessão, ao emparelhamento e à sobreposição de uma profusão de tendências diversas. A marca estilística que resultou mais peculiar ao período foi um ecletismo onívoro, oscilante entre tradição e experimentalismo, que percorreu, através de contínuas contaminações, direções aparentemente opostas. (PANZINI, 2012, p. 573).

Para investigar as linhas projetuais dos seis espaços livres identificados dentro do perímetro do Eixo Histórico de Santo Amaro, a pesquisa empregou os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento historiográfico em fontes primárias oficiais; levantamento cartográfico; elaboração dos desenhos de implantação dos espaços livres em sua atual situação; registro e documentação iconográfica; descrição e análise dos dados para identificação das linhas projetuais.

Para o presente texto, a apresentação dos dados e das linhas projetuais não reflete um percurso temporal, mas um percurso territorial que traça uma trajetória linear que tem início ao Norte do Eixo Histórico, na Praça Marcos Manzini, onde está implantada a Biblioteca Pública Municipal Prefeito Prestes Maia e termina ao Sul, no Largo 13 de Maio, entorno da Catedral de Santo Amaro e próximo da Linha 5-Lilás do Metrô.

Praça Marcos Manzini

A Praça Marcos Manzini tem área de 6.414 metros quadrados e compreende uma quadra isolada de formato triangular conformada pelas vias: Rua Antônio Bandeira em sua face oeste; Avenida João Dias em sua face sul; e Rua Visconde de Taunay, ao leste (CADASTRO FISCAL, 1963). A praça abriga a Biblioteca Pública Municipal Prefeito Prestes Maia e sua configuração foi determinada em função da implantação da edificação pública. O terreno da praça tem aproximadamente 30 metros de comprimento na face sul, com acesso pela Avenida João Dias e 250 metros de comprimento nas laterais. O edifício da biblioteca começou a ser construído em 1963 quase ao centro do terreno e ocupando toda a sua largura, o que acabou por fracionar a área verde em duas porções: a parte frontal, voltada para a Avenida João Dias e que compreende o acesso principal da biblioteca e a parte posterior.

A proposta de construção de uma biblioteca na região de Santo Amaro foi uma iniciativa do Engenheiro Francisco Prestes Maia (1896-1965), em sua segunda gestão na Prefeitura de São Paulo (1961-1965). O então Secretário da Educação e Cultura, Carlos de Andrade Rizzini (1898-1972), solicitou o desenvolvimento do projeto à Comissão de Construção Escolar (SÃO PAULO, Município, 2008).

O projeto da biblioteca ficou então a cargo do arquiteto Luís Augusto Bertacchi, que era funcionário da Prefeitura de São Paulo na época. As obras de construção do edifício de sete pavimentos e com aproximadamente 7 mil metros quadrados de área construída tiveram início em setembro de 1963 e foram concluídas após 18 meses. Segundo Pisani, Azul e Oliveira (2021), o edifício da Biblioteca é considerado como a produção mais reconhecida de Bertacchi, pois apresenta os princípios do projeto arquitetônico moderno: implantação isolada; embasamento e torre com geometria regular; janelas em fitas; estrutura modulada de concreto armado; planta livre e rampa monumental de acesso.

Em 4 de abril de 1965 a Biblioteca de Santo Amaro foi inaugurada pela esposa do prefeito, Sra. Maria Prestes Maia, e após 7 meses, o edifício passou a ser denominado de Biblioteca Presidente Kennedy em homenagem à John Fitzgerald Kennedy (1917-1963) ex-presidente dos Estados Unidos, assassinado em 22 novembro de 1963. Assim, em novembro de 1965, no segundo ano da morte de John Kennedy, seu irmão mais novo, o Senador Robert Francis Kennedy (1925-1968) foi convidado a participar da cerimônia da nova denominação da biblioteca, uma vez que estava de passagem por São Paulo (SÃO PAULO, Município, 1965).

Em dezembro 2016, com a promulgação do Decreto nº 57.528 (SÃO PAULO, Município, 2016) a biblioteca recebeu seu nome atual de Biblioteca Pública Municipal Prefeito Prestes Maia. A denominação da Praça Marcos Manzini foi oficializada a partir do Decreto nº 27.185 (SÃO PAULO, Município, 1988), de 21 de outubro de 1988, assinado pelo então Prefeito Jânio da Silva Quadros (1917-1992), que estava em seu segundo mandato de gestão da administração pública municipal (1986-1989).

Inicialmente a parte frontal da praça tinha um espelho d'água e na entrada principal da biblioteca haviam três mastros de bandeira em frente à rampa de acesso ao hall da biblioteca. As vegetações predominantes eram rasteiras e arbustivas, uma vez que as mudas de árvores ainda eram jovens. A praça não possui mais o espelho d'água, e os mastros de bandeiras foram deslocados para a lateral direita da rampa de acesso no sentido de entrada da biblioteca. Do lado esquerdo da rampa foi instalado um painel artístico.

Atualmente, as árvores e palmeiras já estão em seu porte adulto e a paisagem da praça sofreu grande transformação. O porte arbóreo predomina tanto na parte frontal quanto na parte posterior, praticamente ocultando a visão do edifício, e garante um bom sombreamento aos bancos longilíneos distribuídos nos caminhos pavimentados da praça. O antigo piso de placas de concreto com juntas permeáveis para plantio foi substituído por outras com juntas a seco no eixo principal de acesso ao edifício e por blocos de concreto intertravados na cor terracota nas circulações transversais ao edifício.

A Praça Marcos Manzini pertence a linha projetual Moderna, pois o traçado ortogonal tem liberdade na composição formal, com o caminho predominante longitudinal à praça e as circulações secundárias estruturadas por sequências de pequenos ambientes com bancos longilíneos dispostos em “L” que convidam o usuário a permanecer e contemplar. A paisagem não apresenta cenarização dos

ambientes de permanência ou a utilização de adornos e elementos bucólicos, e a vegetação utilizada é composta predominantemente por maciços arbóreos e forrações (Figura 3).



Fonte: Desenvolvido a partir do GEOSAMPA, 2022, fotos do acervo dos autores.

FIGURA 3

À esquerda, Mapa da implantação da Praça Marcos Manzini, Santo Amaro. À direita fotos dos caminhos e jardins da Praça

Praça Dr. Francisco Ferreira Lopes

A praça está situada na Rua Tenente Coronel Carlos da Silva Araújo e Avenida João Dias, do lado direito e à frente do antigo mercado de Santo Amaro. Sua forma é trapezoidal e a parte voltada para a Avenida João Dias foi cortada por uma rua para trânsito local, onde se situa o Monumento aos Romeiros.

A praça Dr. Francisco Ferreira Lopes se originou do largo deixado ao redor do Mercado de Santo Amaro, construído em 1886. Em meados do século XIX foi

necessário a criação de um mercado em Santo Amaro para servir de entreposto entre as mercadorias que circulavam entre São Paulo e os demais povoados, como os municípios de Cotia e Embu das Artes. Este espaço era empregado para a parada das tropas que iam e viam com os produtos comercializados no local. Era um terreiro plano e com pouca vegetação devido à grande movimentação de animais, carregadores e usuários do mercado. O mercado foi inaugurado em 23 de maio de 1897 e funcionou com o mesmo uso até 1958. A partir dos anos de 1950, com o crescimento do uso de veículos motorizados para transportes de passageiros e de cargas o largo serviu como estacionamento.

O Mercado Municipal de Santo Amaro foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, em 1972 (CONDEPHAAT, 1972) por ser o último exemplar da arquitetura do século XIX na região e por continuar implantado em uma praça. Em 1991 o edifício foi tombado pelo Departamento do Patrimônio Histórico – DPH da Prefeitura Municipal de São Paulo (CONPRESP, 1991).

O tombamento do Mercado Municipal de Santo Amaro, dentro da praça, fez com que ao menos a antiga área do largo também fosse mantida, porém sofreu alterações de circulação e de revestimentos com os anos. Atualmente a praça se apresenta com via pavimentada na parte posterior do mercado.

Em 1970 a Praça Francisco Ferreira Lopes recebeu o Monumento aos Romeiros, obra do artista santamarense Júlio Guerra. Esta obra de arte se remete as tradicionais romarias em direção ao Santuário de Pirapora do Bom Jesus. Deste local saíam as romarias, que iam a cavalo e a pé nos primeiros anos, mais tarde também de bicicleta, motocicleta, carros, caminhões e automóveis (SANTO AMARO, 2018). As romarias tiveram início em 1920 e sobreviveram até hoje. Elas eram organizadas no Mercado Antigo, no largo onde hoje é denominado de Praça Francisco Ferreira Lopes e posteriormente foi deslocada para o antigo Largo São Sebastião, atualmente denominado de Largo Bonneville (SÃO PAULO MINHA CIDADE, 2020).

Atualmente a Praça Francisco Ferreira Lopes tem como função passagem e suporte da obra de Júlio Guerra, recortada que foi do antigo largo do Mercado, não possui nem dimensões, nem equipamentos para descanso ou lazer, sua relevância se manifesta do fato de ser um espaço preservado pela sua importância da estruturação espacial do bairro e respiro para seu primeiro patrimônio, o Antigo Mercado.

A Praça Dr. Francisco Ferreira Lopes se formou a partir do antigo Largo do Mercado, de tradição colonial, onde os veículos e mercadorias esperavam a carga, descarga e a comercialização de produtos. Atualmente a praça tem um desenho de implantação com características da linha projetual Eclético Clássico, pois apresenta um traçado em cruz, com ponto focal central onde está localizado o mural em homenagem aos romeiros, canteiros geométricos com predominância de vegetação rasteira e arbustiva, simetria, eixos, e maior quantidade de área permeável em relação à área de calçamento (Figura 4).



Fonte: Desenvolvido a partir do GEOSAMPA, 2022, fotos do acervo dos autores.

FIGURA 4

À esquerda, Mapa da implantação da Praça Dr. Francisco Ferreira Lopes, Santo Amaro. À direita fotos do Monumento aos Romeiros e do caminho da Praça

Praça Salim Farah Maluf

A Praça Salim Farah Maluf possui a forma trapezoidal e está compreendida entre as Ruas Paulo Eiró, Cerqueira Cesar, Capitão Tiago Luz e um muro divisório com os equipamentos públicos do Centro de Testagem e Aconselhamento em Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST/AIDS e o Centro de Cidadania da Mulher (CCM) de Santo Amaro, cuja frente é voltada para a Avenida Mario Lopes Leão que fecha a quadra. Ocupa a área do antigo Grupo Escolar de Santo Amaro, demolido na década de 1970.

O Grupo Escolar de Santo Amaro havia sido inaugurado em 1910 e foi construído pelo governo do Estado de São Paulo em terreno cedido pela então prefeitura de Santo Amaro. Décadas depois foi denominado Grupo Escolar Paulo Eiró. O edifício escolar foi demolido, pois estava em estado muito ruim de conservação, e a prefeitura construiu outro edifício na Rua Padre José Maria, 210 (BERARDI, 2003). O terreno originado dessa demolição deu lugar a uma nova praça, inicialmente com a principal função de abrigar o primeiro camelódromo de São Paulo.

A área da praça já era ocupada desde 1997 pelos vendedores ambulantes que se instalaram em boxes erguidos por eles mesmos, com a autorização dada pelo Decreto nº 37.060 (SÃO PAULO, Município, 1997), assinado pelo então prefeito Celso Pitta (1997-2000). O camelódromo de São Paulo, denominado oficialmente de Shopping Popular dos Ambulantes de Santo Amaro surgiu de uma parceria entre a Administração Regional de Santo Amaro e a Aditiva – uma organização não governamental que representava os ambulantes da região.

Mas, depois de 14 anos os vendedores ambulantes foram retirados em 2011 para a revitalização da praça, fato que gerou muitos protestos locais. Em 2012 a praça foi totalmente reformada, recebendo um pergolado, árvores e gramados novos, bem como equipamentos de ginástica e espaço de convivência, para atender os frequentadores do Largo 13 de Maio (SÃO PAULO, 2012a).

Em novembro de 2012, a Prefeitura de São Paulo inaugurou o Centro de Cidadania da Mulher (CCM) em um edifício que faz divisa com a praça, com uma passagem entre o equipamento e a praça, fato que facilita o acesso e amplia o espaço de convivência dos usuários desse Centro. Assim, muitas atividades oferecidas pelo CCM podem ser realizadas ao ar livre, na praça. Um dos equipamentos mais utilizados pela população para vários eventos, feiras, exposições e reuniões foi o gazebo, entregue na revitalização de 2012, porém este foi demolido.

Atualmente a Praça Salim Farah Maluf não possui mais os bancos e equipamentos para ginástica que haviam sido instalados, restando apenas os caminhos que se cruzam e formam três espaços circulares de permanência. O fluxo de pedestres é intenso, tanto para passagem mais curta, quanto para acessar os pontos de ônibus uma vez que seu entorno está funcionando como um ponto terminal de ônibus. A vegetação é composta por canteiros com gramíneas e algumas árvores.

A Praça Salim Farah Maluf está inserida na linha projetual Contemporânea, uma vez que apresenta um traçado assimétrico com um certo formalismo gráfico que contrapõe os percursos retilíneos com ambiências em formatos circulares, e o emprego de vegetação predominantemente rasteira, pontuada por espécies palmáceas, que em um dos caminhos que cruzam a praça em diagonal, estão alinhadas remetendo às aleias das antigas fazendas brasileiras (Figura 5).



Fonte: Desenvolvido a partir de: GEOSAMPA, 2022, fotos do acervo dos autores.

FIGURA 5

À esquerda, Mapa da implantação da Praça Salim Farah Maluf, Santo Amaro. À direita fotos dos caminhos e jardins da Praça

Praça Floriano Peixoto

A Praça Floriano Peixoto possui um formato trapezoidal e está compreendida entre a Avenida Mario Lopes Leão, Rua Capitão Tiago Luz, Rua Amador Bueno e Rua Paulo Eiró. No lado menor, para a Avenida Mario Lopes Leão está a antiga Casa Amarela, atual Paço Cultural Júlio Guerra e que abrigava a Prefeitura Municipal de Santo Amaro, quando este era município (OLIVEIRA; PISANI, 2021).

A atual Praça Floriano Peixoto teve muitos nomes antes. Inicialmente se chamou Largo do Rosário; Largo Nossa Senhora do Rosário; Largo da Cadeia e Largo Municipal. Em 1837 passou a se chamar Largo da Cadeia, por abrigar a

Cadeia de Santo Amaro e a Câmara Municipal. Nessa época, a praça servia de local para banho de sol dos presos, após o almoço (SÃO PAULO, Município, 2019a).

Em 9 de julho de 1888, o então Largo da Cadeia passou a ser denominado Largo Municipal, com a inauguração da sede do governo Municipal e Câmara da cidade de Santo Amaro. Em 26 de maio de 1894, cinco anos após a Proclamação da República, o Largo Municipal passa a ser chamado de Praça Floriano Peixoto (SÃO PAULO, Município, 2019a). No local há muitos bancos, árvores de grande porte, arbustos e o coreto que foi edificado em 1928, na gestão do prefeito do Município de Santo Amaro, pelo Sr. Isaiás Branco de Araújo (1901-1967). O local serviu muitos anos de apresentação de bandas.

O artista santamarense Júlio Guerra fez duas obras de arte para a praça, a primeira em 1946, uma herma dedicada ao Tenente Coronel Carlos da Silva Araújo, em bronze e granito, que ainda se encontra ao lado direito da Casa Amarela. A segunda obra foi o Monumento a Paulo Eiró, a maior obra de arte implantada no centro da praça, composta por um mosaico de pedras sobre alvenaria com uma coluna de 20 metros de altura, implantada de 1950 a 1953, onde permaneceu até 1958.

O jardim público, denominado de Tenente Coronel Carlos da Silva Araújo, o presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro, foi restaurado em 1986, exceto os trabalhos em topiaria, que não foram refeitos (SÃO PAULO, Município, 2019a). Em 2012 a praça foi revitalizada pela Prefeitura de São Paulo, com a restauração do coreto que teve suas telhas, pisos e forros recuperados e pintados na cor original. A praça também teve seu jardim recuperado com a importante participação da população (TERRA SERVIÇOS, 2012).

Atualmente a Praça Floriano Peixoto é fechada por gradis, funcionando todos os dias das 08h00 às 19h00. Vários grupos frequentam o local: pregadores de diferentes igrejas; grupos de idosos reunidos para jogar cartas ou dominós; pessoas em situação de rua; prostitutas que trabalham no local; funcionários diversos em suas horas de folga, além dos moradores locais e outros transeuntes.

A Praça Floriano Peixoto possui um desenho de implantação que apresenta características associadas a linha projetual do Ecletismo Romântico-clássico, uma vez que possui traçados orgânicos e sinuosos aplicados sobre uma estrutura geométrica simétrica e com rigor na proporção dos ambientes, área de contemplação, caminhos que percorrem toda a área, espelho d'água de formato

orgânico, coreto, predominância de áreas permeáveis e uso intensivo de vegetação rasteira e arbórea (Figura 6).



Fonte: Desenvolvido a partir de: GEOSAMPA, 2022, fotos do acervo dos autores.

FIGURA 6

À esquerda, Mapa da implantação da Praça Floriano Peixoto, Santo Amaro. À direita fotos do espelho d'água desativado e do coreto da Praça

260

Calçadão da Rua Capitão Tiago Luz

O calçadão de pedestres da Rua Capitão Tiago Luz é uma área com intenso comércio popular da região central do distrito de Santo Amaro. Inicialmente o calçadão se restringia a rua Senador José Bonifácio, uma via estreita em forma de “L” que conecta a Avenida Adolfo Pinheiro com a Rua Capitão Tiago Luz. Na década de 1980 a área do calçadão foi ampliada com a incorporação de 176 metros de comprimento do trecho da Rua Capitão Tiago Luz, desde a Avenida Adolfo Pinheiro, até a Rua Amador Bueno. A partir de 2014 o trecho final da Rua Amador Bueno foi transformado em via para acesso exclusivo de pedestres somando-se ao percurso já existente do calçadão. Atualmente o calçadão tem 6.000 metros quadrados de área e 505 metros de extensão total. O calçadão é composto por toda a extensão de 115 metros da Rua José Bonifácio, o trecho de 330 metros de comprimento da Rua Capitão Tiago Luz entre a Avenida Adolfo Pinheiro até a Avenida Mário Lopes Leão e o trecho de 60 metros da Rua Amador Bueno.

No início dos anos 1970, com a intensificação do fluxo de pedestres que trafegavam junto com os automóveis na estreita rua de 12 metros em média de largura da Rua Capitão Tiago Luz, a via passou a ser tema de propostas de pedestrianização. Em sessão realizada na Câmara em 26 de março de 1976, o vereador Nestor Ribeiro, por meio da Indicação nº 759-76 (SÃO PAULO, Município, 1976), propõe ao então prefeito de São Paulo (gestão 1975-1979) Sr. Engenheiro Olavo Egydio Setúbal (1923-2008), a transformação da Rua Capitão Tiago Luz em via exclusiva para pedestres, em toda a sua extensão de três quadras, desde a Avenida Adolfo Pinheiro até a Rua Cerqueira César.

No período da segunda gestão (1986-1989) do Prefeito Jânio da Silva Quadros (1917-1992), foi realizado um relatório referente a situação dos projetos, propostas e solicitações para ruas de pedestres na região do centro de São Paulo e nos bairros e que foi divulgado em abril de 1986. Na época o relatório propunha projetos de calçadas em quatro ruas da região central: Rua Sete de Abril, Rua do Ouvidor, Rua do Arouche e Avenida Vieira de Carvalho. Além disso, também eram propostos calçadas nos bairros da Lapa, Pinheiros, Santo Amaro, Ipiranga, Vila Buarque, Bela Vista, Luz, Glicério, Mooca, Brás, Santana, Saúde e na Avenida Tiradentes (SÃO PAULO, Município, 1986).

Em Santo Amaro o local escolhido para a implantação de calçadas correspondia a dois trechos de vias: a Rua Capitão Tiago Luz entre a Avenida Adolfo Pinheiro e Rua Cerqueira César e Rua Amador Bueno entre a rua Capitão Tiago Luz e Rua Paulo Eiró. Segundo o relatório, já havia um trecho da Rua Capitão Tiago Luz que era exclusivo para pedestres desde 1983. O relatório também menciona a proposição de uma passarela sobre a Avenida Adolfo Pinheiro, conectando o Largo 13 de Maio e o início da Rua Capitão Tiago Luz, ideia que foi abandonada (SÃO PAULO, Município, 1986).

A vocação da Rua Capitão Tiago Luz para via de circulação exclusiva de pedestres envolve também a questão do comércio ambulante. A rua sempre foi alvo do comércio informal em uma disputa pelos transeuntes com os comerciantes locais.

Em 30 de outubro de 2005, a Subprefeitura Santo Amaro deu início a operação Reviva Centro Santo Amaro, cujo principal objetivo era disciplinar o comércio informal. Assim, uma equipe com mais de 100 funcionários promoveu a retirada de aproximadamente 180 barracas de comércio da Rua Capitão Tiago Luz. A via recebeu uma série de serviços e obras, como: limpeza de bueiros, lavagem e

reforma do piso do calçadão, pintura dos postes e instalação de lixeiras (SÃO PAULO, Município, 2005a).

Após a execução dos serviços, a Subprefeitura Santo Amaro permitiu a instalação de parte do comércio ambulante, a partir do dia 03 de novembro de 2005, com a condição de que não prejudicassem os lojistas da rua e que respeitassem e colaborassem com a organização e limpeza do espaço público. Foram previstas barracas padronizadas de alumínio e plástico, de 1,00 por 1,40 metro, que poderiam ser instaladas no meio do calçadão, sem atrapalhar a passagem dos pedestres (SÃO PAULO, Município, 2005b).

Dois anos depois, a Subprefeitura de Santo Amaro iniciou uma nova operação para a revitalização e retirada do comércio ambulante da região central de Santo Amaro. A operação começou em 15 de abril de 2007 e tinha a previsão de duração de um mês. Além da Rua Capitão Tiago Luz, a ação se estendeu por diferentes vias: Avenida Adolfo Pinheiro, Rua Delmiro Sampaio, Avenida Padre José Maria, Rua Desembargador Bandeira de Melo, Praça Floriano Peixoto, Praça Salim Farah Maluf, entre outros locais (SÃO PAULO, Município, 2007).

Logo nos três primeiros dias foram removidas mais de 500 barracas de comerciantes irregulares, em uma operação conjunta da Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana, Concessionária de Energia e funcionários da Prefeitura e da Subprefeitura de Santo Amaro. Com as ruas desimpedidas, foram realizadas ações de limpeza e manutenção do calçamento, guias, bocas-de-lobo e mobiliário (SÃO PAULO, Município, 2007).

Segundo Robba e Macedo (2002) os calçadões de pedestres implantados no centro de São Paulo e em alguns bairros selecionados estão inseridos no processo de modernização e adequação dos espaços públicos paulistanos, o que insere este conjunto de espaços livres públicos na linha projetual Moderna. Devido a largura estreita das vias, não há instalação de áreas verdes no percurso. O calçamento do calçadão não é uniforme, deixando explícita a diferença temporal de sua implantação, pois a Rua Senador José Bonifácio e o primeiro trecho da Rua Capitão Tiago Luz ainda preservam o piso de mosaico português nas cores preto e branco, e os trechos mais recentes tem piso de concreto, e nas laterais calçamento de bloco de concreto intertravado (Figura 7).



Fonte: Desenvolvido a partir de: GEOSAMPA, 2022, fotos do acervo dos autores.

FIGURA 7

À esquerda, Mapa da implantação do calçadão da Rua Capitão Tiago Luz, Santo Amaro. À direita fotos do calçadão de pedestres

Largo 13 de Maio

O Largo 13 de Maio se situa no ponto mais alto do bairro, tendo a forma de um pentágono irregular, compreendido pela Alameda Santo Amaro, Avenida Adolfo Pinheiro, rua Senador Fláquer e rua Desembargador Bandeira de Mello. Em frente à primeira capela erguida na localidade, como de costume vernacular, foi reservado um largo para as atividades sociais e religiosas e, este espaço público sempre foi considerado o centro de Santo Amaro. Atualmente a Catedral de Santo Amaro é cercada por gradis, onde se reservam algumas vagas de estacionamento.

O Largo 13 de Maio é originado da região dos índios Guaianases, aldeia de Caá-ubi, que viviam às margens do Rio Jeribatiba, na paragem de Ibirapuera (mata

grande), onde se formou a antiga cidade de Santo Amaro. A Capitania de São Vicente foi dividida pelo Padre Jesuíta Manoel de Nóbrega em três regiões: Casa de São Vicente; Casa de São Paulo e Casa de Jeribatiba (Santo Amaro), localidades onde os clérigos desenvolviam as missões de catequese das populações mestiças e índias das respectivas regiões e seus arrabaldes. O Padre José de Anchieta, que visitava as três regiões constantemente, notou que o número de catequizados na região de Jeribatiba crescera e era suficiente para estabelecer um povoado (SÃO PAULO, 2019a)

Para a fundação do povoado, em 1560 é erguida uma capela, no ponto mais alto e central do aldeamento com a doação de uma imagem de Santo Amaro pelo casal de portugueses João Pais e Susana Rodrigues, vindos para São Paulo junto da companhia de Martim Afonso de Sousa (ARROYO, 1966). O Padre José de Anchieta realiza uma missa oficial na capela em 15 de janeiro de 1560 e esse ato traz muitos devotos para a região. Essa população e seus caminhos, tanto para a cidade de São Paulo, como para a Igreja, rio e outras áreas ocupadas por pequenos agricultores desencadeou a estruturação do Bairro de Santo Amaro (EGAS, 1925). A Capela de Santo Amaro é a segunda mais antiga do Estado de São Paulo, sendo a primeira a Capela de São Miguel.

A primeira denominação deve ter sido Largo da Capela ou da Igreja, depois o local começou a ser denominado de Largo do Jogo da Bola. Em 1885, a Câmara Municipal de Santo Amaro altera o nome para Largo Tenente Adolfo, em homenagem ao santamarense Adolfo Pinheiro que possuía um comércio no largo. Atualmente esse é o nome de uma das avenidas afluentes ao largo. Em 9 de junho de 1988, a câmara de Santo Amaro muda novamente o nome do largo para Largo 13 de Maio, em função da Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel (SÃO PAULO, 2019a).

A linha ferroviária chegou em 1886 a Santo Amaro com uma estação de passageiros localizada na Avenida Adolfo Pinheiro, próximo ao Largo que ainda se chamava Largo do Jogo de Bola. Porém muito antes do fim da ferrovia, no dia sete de julho de 1913 o bonde elétrico foi inaugurado, ligando a Praça de Sé ao Largo 13 de Maio. Lembrando que antes do bonde elétrico funcionou uma linha de bondes com tração animal. Estes meios de transportes foram a principal ligação entre a cidade de São Paulo e a de Santo Amaro até 27 de março de 1968, evento que fez do Largo 13 de Maio o principal ponto de concentração de pessoas e transportes da região (SÃO PAULO SÃO, 2019).

Do final da década de 1980 até 2002, com a saída do ponto de ônibus, os ambulantes tomaram conta do Largo. Em janeiro de 2002, a Prefeitura retira os ambulantes da região, bem como o gradil que cercava a Catedral de Santo Amaro. Logo em seguida os camelôs retornam ao local. Anos depois, em abril de 2007, a Prefeitura de São Paulo providencia a revitalização da área, com a retirada do comércio informal e renovação dos pisos (SÃO PAULO, 2007a).



Fonte: Desenvolvido a partir de: GEOSAMPA, 2022, fotos do acervo dos autores.

FIGURA 8

À esquerda, Mapa do Largo Treze de Maio, Santo Amaro. À direita, fotos da Catedral de Santo Amaro no Largo 13 de Maio

As mudanças de configuração do Largo 13 ocorreram concomitantemente com as ações implantadas no Calçadão da Rua Capitão Tiago Luz, e estão inseridas na linha projetual Moderna. Entre mudanças de sistema viário e das modalidades de transporte, o Largo 13 de Maio se apresenta atualmente com poucos canteiros e algumas árvores, principalmente nas bordas. A imagem mais parece com o antigo campo de futebol – plano, retangular e a área acrescida da demolição de uma edificação na década de 1960 e que atualmente foi transformada em uma área de estacionamento de automóveis. Os gradis preservam apenas o entorno imediato da Catedral, que, depois de reformada e restaurada mantém suas funções religiosas e sociais. A reforma da Catedral somente foi possível devido à mobilização da população local, após sua interdição em 2007, diante da precariedade da

construção na época (PISANI; OLIVEIRA, 2021). O Largo 13 de Maio, como nasceu, continua: um local de encontro e de passagem, mas principalmente o centro ou coração do Bairro de Santo Amaro, em seu ponto mais elevado e notável (Figura 8).

Considerações finais

O subcentro do distrito de Santo Amaro representa um fragmento urbano impregnado pelo seu passado histórico e simbólico de um antigo município independente até 1935, quando foi anexado à capital paulista e que permanece até hoje como uma centralidade referencial para a população da zona sul de São Paulo. Os espaços livres públicos que integram o Eixo Histórico de Santo Amaro representam e reforçam a vitalidade urbana da região como um centro comercial, cultural e social.

A pesquisa sobre as características físicas, formais e programáticas dos espaços livres da região, identificou que há uma simultaneidade na utilização de diferentes linhas projetuais paisagísticas desenvolvidas em um recorte temporal de pouco mais de meio século. Apesar do traçado viário e a conformação urbana de característica colonial, cujas origens remontam ao século XVI, a conformação visual dos espaços públicos foi configurada e aprimorada apenas no século XX. A área contida dentro dos limites do eixo histórico estudado apresenta um palimpsesto de projetos e políticas públicas aplicadas aos espaços públicos livres. Sua estruturação espacial urbana se deu de forma independente, apesar dos principais caminhos sempre ligarem esse subcentro a São Paulo.

No percurso de apenas um quilômetro é possível encontrar exposto e à disposição da população um panorama multifacetado da produção paisagística paulistana. Trata-se de um retrato diversificado de paisagens urbanas que expressam o resultado empreendido em um subcentro periférico de São Paulo que se aventurou em criar uma expressão artística que associa vertentes estéticas voltadas para o usufruto popular. Esses espaços livres analisados formam um eixo basilar para a região e apresentam múltiplas características projetuais, percorrendo os partidos das três linhas projetuais da arquitetura paisagística brasileira: Eclética, Moderna e Contemporânea.

As diferentes ações e projetos aplicados a esses espaços públicos, oriundos de diferentes políticas públicas, carecem de estudos, registros e publicações para que os cidadãos e técnicos possam entender suas origens, características físicas,

ambientais e afetivas. Estes registros alimentam a primeira diligência para a elaboração de novos projetos de manutenção e conservação.

AGRADECIMENTO

Ao Fundo Mackenzie de Pesquisa e Inovação – MackPesquisa.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo: introdução aos estudos dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade*. São Paulo: Nacional, 1966.

BERARDI, Maria Helena Petrillo. *Santo Amaro*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1981. v. 4.

BERARDI, Maria Helena Petrillo. *Santo Amaro: memória e história – da botina amarela ao chapéu de couro*. São Paulo: Scortecci, 2003.

CADASTRO fiscal da Prefeitura de São Paulo. Dados do Imposto Territorial Urbano – IPTU. Portal do GEOSAMPA. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso em: 3 mar. 2022.

CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). *Resolução SC nº 72, de 1972*. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/c7e5c_RES.%20SC%20SN%20-%20Antigo%20Mercado%20Municipal%20de%20Santo%20Amaro.pdf. Acesso em: 3 abr. 2022.

CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Resolução nº 05/91*. Tombamento do Mercado Municipal de Santo Amaro. 1991. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2015/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-05.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Resolução nº 14, de 13 de agosto de 2002*. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/resolucao-secretaria-municipal-da-cultuura-dph-14-de-17-de-agosto-de-2002>. Acesso em: 1º abr. 2022.

CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Resolução nº 27, de 14 de outubro de 2014*. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/resolucao-secretaria-municipal-da-cultuura-conpre-27-de-12-de-dezembro-de-2014>. Acesso em: 1º abr. 2022.

CROQUI PATRIMONIAL 300642. Processo 36.515/63. *Portal do GEOSAMPA*. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso em: 7 mar. 2022.

EGAS, Eugênio. *Os municípios paulistas..* São Paulo: O Estado de São Paulo, 1925. 2 v.

GEOSAMPA. *Mapa digital da cidade de São Paulo*, 2022. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso em 13 abr. 2022.

ICOMOS. *Carta de Washington*. Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas. 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Luciana Monzillo de; PISANI, Maria Augusta Justi. O percurso da Casa Amarela: de Sede da Câmara Municipal de Santo Amaro a Paço Cultural Júlio Guerra. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUSEOGRAFIA E ARQUITETURA DE MUSEUS - TECNOLOGIA E DESCOLONIZAÇÃO. 7., *Anais...* Rio de Janeiro: Rio Books, 2021, p. 455-465.

PANZINI, Franco. *Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

PISANI, Maria Augusta Justi.; AZUL, Isabela Silva de Serro; OLIVEIRA, Luciana Monzillo de. Biblioteca Pública Municipal Prefeito Prestes Maia: projeto do arquiteto Luiz Augusto Bertacchi em Santo Amaro - SP. In: MIGLIORINI, Jeanine Mafra (org.). *Arquitetura e urbanismo: planejando e edificando espaços* 4. Ponta Grossa: Atena, 2021. v. 1, p. 42-58.

PISANI, Maria Augusta. Justi; OLIVEIRA, Luciana Monzillo de. A Lei de incentivo à cultura e o patrimônio afetivo e urbanístico: Catedral de Santo Amaro, São Paulo. *Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente*, v. 6, p. 23-35, 2021.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças brasileiras – public squares in Brazil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SAKATA, Francine Gramacho. *Paisagismo urbano: requalificação e criação de imagens*. São Paulo: Edusp, 2011.

SANTO AMARO. *Cultura, história*. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://santoamarocultural.wordpress.com/julio-guerra/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Governo do Estado de São Paulo. METRÔ. Santo Amaro. Disponível em: <http://www.metro.sp.gov.br/sua-viagem/linha-5-lilas/estacao-santo-amaro.aspx>. Acesso em: 23 mar. 2020.

SÃO PAULO (Município). 18ª Sessão Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 1965. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, n. 217, p. 75, 24 nov. 1965.

SÃO PAULO (Município). Indicação nº 759-76, 26 de março de 1976. *Diário Oficial do Estado*. São Paulo, p. 100, 30 mar. 1976. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1976%2fexecutivo%2fmarco%2f30%2fpag_0100_CPD114QQ7U430e9V9R68JU1SH7R.pdf&pagina=100&data=30/03/1976&caderno=Executivo&paginaordenacao=100100. Acesso em: 14 abr. 2022.

SÃO PAULO (Município). Transcrição do Relatório referente a ruas de pedestres em bairros, 8 abr. 1986. *Diário Oficial Município*, São Paulo, 31 (65), p. 4, 8 abr. 1986. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1986%2fdiario%2520do%2520municipio%2fabril

%2f08%2fpag_0004_4UJH435HD11ASeC5MSI6DQKQVE7.pdf&pagina=4&data=08/04/1986&caderno=Di%C3%A1rio%20do%20Munic%C3%ADpio&paginaordenacao=100004. Acesso em 16 abr. 2022.

SÃO PAULO (Município). *Decreto nº 27.185, de 21 de outubro de 1988, que dispõe sobre oficialização e denominação de logradouro público.* Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/1988/2719/27185/decreto-n-27185-1988-dispoe-sobre-oficializacao-e-denominacao-de-logradouro-publico?q=pra%E7a%20marcos%20manzini>. Acesso em: 07 mar. 2022.

SÃO PAULO (Município). *Decreto nº 37.060, de 15 de setembro de 1997.* Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/1997/3706/37060/decreto-n-37060-1997-dispoe-sobre-a-implantacao-de-bolsao-de-comercio-ambulante-na-praca-salim-farah-maluf-em-santo-amaro>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. *Mapa digital do município de São Paulo*, 2004. Plataforma GEOSAMPA. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso em: 15 abr 2022.

SÃO PAULO (Município). Subprefeitura retira barracas de ambulantes do centro de Santo Amaro, 2 nov. 2005a. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 50 (207) – III –, 2 nov. 2005.

SÃO PAULO (Município). *Subprefeitura de Santo Amaro revitaliza a região central do bairro*, 1º nov. 2005b. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=139513>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SÃO PAULO (Município). Subprefeitura de Santo Amaro. *Operação de revitalização e retirada de ambulantes em Santo Amaro Cidade de São Paulo*. São Paulo, 19 abr. 2007a. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/santo_amaro/noticias/?p=1965 Acesso em: 19 abr. 2022.

SÃO PAULO (Município). *Revitalização do Largo 13 de Maio começa pela remoção de ambulantes*, 20 abr. 2007b. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=130304>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SÃO PAULO (Município). *Histórico da Biblioteca (Prestes Maia)*, 29 fev. 2008. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/prefeitoprestesmaia/index.php?p=3865. Acesso em: 7 mar. 2022.

SÃO PAULO (Município). Subprefeitura Santo Amaro. *Subprefeitura revitaliza Praça Salim Farah Maluf*, 2012a. Disponível em: https://www.google.com/search?q=%22pra%C3%A7a+salim+farah+maluf%22+santo+amaro&rlz=1C1GCEU_pt-brBR819BR820&oq=%22pra%C3%A7a+salim+farah+maluf%22+santo+amaro&aqs=chrome..69i57j0l2.15674j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 12 mar. 2022.

SÃO PAULO (Município). *Decreto nº 57.528, de 12 de dezembro de 2016.* Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2016/5752/57528/decreto-n-57528-2016-dispoe-sobre-a-reorganizacao-e-as-atribuicoes-da-secretaria-municipal-de-cultura-cria-e-altera-a-denominacao-de-equipamentos-culturais-bem-como-altera-a-denominacao-e-a-lotacao-dos-cargos-de-provimento-em-comissao-que-especifica>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SÃO PAULO (Município). Subprefeitura de Santo Amaro. *As contradições e os séculos de história de Santo Amaro*. 3 jun. 2019 (2019a). Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br>

gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/santo_amaro/historico/ Acesso em 16 mar. 2022.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 17.241, de 3 de dezembro de 2019 (2019b). Institui o Largo 13 de Maio como Polo Cultural, Histórico e Turístico da Cidade de São Paulo, e dá outras providências. *Diário Oficial*, n. 228, p. 14, dez. 2019. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17241-de-3-de-dezembro-de-2019/> consolidado. Acesso em 11 abr. 2022.

SÃO PAULO MINHA CIDADE. *Folclóricas romarias de Santo Amaro: patrimônio histórico*. Disponível em: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/5314/Folcloricas%20Bromarias%20de%20Santo%20Amaro%253A%20patrimonio%20historico>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SÃO PAULO SÃO. *Como os bondes de São Paulo desapareceram*. São Paulo, 31 out. 2019. Disponível em: <https://saopaulosao.com.br/conteudos/outros/645-como-os-bondes-de-s%C3%A3o-paulo-desapareceram.html> Acesso em: 23 mar. 2022.

TERRA SERVIÇOS. Cidades. *Vc repórter: coreto histórico é revitalizado na zona sul de SP*. São Paulo, 10 out. 2012. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/vc-reporter-coreto-historico-e-revitalizado-na-zona-sul-de-sp,16d34cb8511da310VgnCLD2000_00bbcceb0a_RCRD.html. Acesso em: 16 mar. 2022.

Luciana Monzillo de Oliveira é Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), onde também concluiu seu Doutorado, Mestrado e Graduação.

Maria Augusta Justi Pisani é professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutora e Mestre em Engenharia Civil e Urbana pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Guarulhos (UnG).

Natacha Viana Seabra de Freitas é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Eficiência Energética e Sustentabilidade pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade da Amazônia (UNAMA).

Samuel Bertrand Melo Nazareth é Doutorando em Tecnologia da Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

Como citar:

OLIVEIRA, Luciana Monzillo de *et al.* Patrimônio paisagístico e cultural do eixo histórico de Santo Amaro, São Paulo *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 18, n. 2, p. 246-271, jul./dez. 2022. Disponível em: pem.assis.unesp.br.